

GDF estuda agora a defesa das invasões

O futuro secretário de Serviços Sociais deverá executar uma política de oposição àquela empreendida pela Secretaria de Viação e Obras, nos últimos meses, baseando sua atuação, principalmente, na garantia da permanência de moradores nas invasões. A proposta, apresentada ontem ao governador Joaquim Roriz, está inserida no estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho encarregado de criar as diretrizes para o setor e engloba ainda uma profunda análise da situação dos favelados no DF.

Os especialistas concluíram que antes da remoção as instituições governamentais devem apresentar sugestões definitivas para o problema. Dentre as prioridades apresentadas nesse item destaca-se a "prioridade do lote urbano às famílias necessitadas, deixando a elas o direito de escolher a forma de construção da moradia". Esses aspectos, abordados de forma detalhada pelos integrantes do grupo, indicam a possibilidade de um de seus membros vir a ser indicado para o cargo.

Joaquim Roriz tem optado por nomeações técnicas para a composição do secretariado, posição adotada após o impasse gerado no âmbito da política partidária. Neste prisma, a coordenadora dos trabalhos, Teresa de Almeida, representante da SSS, aparece como candidata de peso — Carlos Alberto Reis Bastos, que exerceu a mesma função no grupo da Agricultura, foi efetivado como secretário ao concluir a análise. Ontem os membros do Grupo de Trabalho apresentaram ao governador quatro nomes para que um seja escolhido o secretário de Serviços Sociais.

SUGESTÕES

A comissão propõe a constituição de um grupo de trabalho integrado por representantes de secretarias do GDF, entidades de classe e organizações da sociedade civil, com vistas à apresentação de um amplo estudo sobre o problema das invasões. Os moradores teriam garantias até o encaminhamento das conclusões. O trabalho entregue a Roriz salienta a importância da modernização administrativa, redefinindo as funções da Secretaria

e da Fundação de Serviços Sociais (FSS).

Os estudiosos detectaram a "confusão" nas responsabilidades do órgão normativo com as do Executivo, "gerando desequilíbrio no funcionamento do sistema e na condução das ações". Acreditam que em termos quantitativos e qualitativos este desempenho vem se deteriorando, atingindo níveis cada vez mais distanciados das propostas e da demanda existente. O principal ponto dessa queda nos serviços seria "a acentuada defasagem orçamentária dos últimos anos".

Enquanto a redenção financeira não chega e as atividades continuam desarticuladas, o grupo propõe o estabelecimento de programas prioritários que propiciem assistência à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias marginalizadas em seu contexto familiar e comunitário. Na faixa etária de zero a 6 anos pedem a garantia de recursos, inclusive humanos, para o desenvolvimento da programação de creches domiciliares e de assistência ao menor na própria família.

Em nível comunitário o objetivo é a implantação de creches de pequeno porte, aproveitando instalações físicas já existentes ou ocupando espaços vazios com construções de baixo custo. Essa proposta está associada à implantação dos Centros Integrados de Desenvolvimento Infantil (Cidi), com o aproveitamento de recursos físicos, humanos e materiais existentes no próprio núcleo habitacional — especificam que seja garantido o término do Cidi da Ceilândia.

Aos adolescentes a diretriz elaborada aborda a ampliação do atendimento da Granja das Oliveiras (unidade de capacitação profissional de 17 a 18 anos), dinamizando-a e adequando-a às necessidades dos segmentos atendidos. O estímulo à criação de escolas-oficinas em locais diversificados, "visando à formação de grupos de produção na faixa de 12 anos até o limite da maioridade, é tido como básico na execução da proposta. Com a FEDF e Funabem, a Secretaria de Serviços Sociais buscará a viabilização da escola de tempo integral.